



HAL
open science

Globalização e pulverização estrutural do mundo do trabalho no Brasil e o contundente crescimento da barbárie social. (Axe II, Symposium 7)

Jeronimo Marques de Jesus Filho

► To cite this version:

Jeronimo Marques de Jesus Filho. Globalização e pulverização estrutural do mundo do trabalho no Brasil e o contundente crescimento da barbárie social. (Axe II, Symposium 7). Independencias - Dependencias - Interdependencias, VI Congreso CEISAL 2010, Jun 2010, Toulouse, France. halshs-00514521

HAL Id: halshs-00514521

<https://shs.hal.science/halshs-00514521>

Submitted on 2 Sep 2010

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

VI CONGRESSO DO CEISAL/2010

Globalização e Pulverização Estrutural do Mundo do Trabalho no Brasil e o Contundente Crescimento da Barbárie Social.

Por: Jeronimo Marques de Jesus Filho

Historicamente, a presença do Estado no desenvolvimento do capitalismo não é e nunca foi eventual, pode-se, ao contrário, afirmar que, sob diversos padrões de intervenção, o Estado sempre esteve presente em maior ou menor medida na evolução das economias de mercado.

As conformações que o Estado tomou no processo histórico da acumulação do capital variaram de acordo com as necessidades de sua atuação para organizar e reproduzir a dominação política dentro das nações, regulando acordo entre blocos no poder e constituindo consensos ideológicos baseados na lógica inerente ao capital (Poulantzas, 1978: p. 138 e 139).

Até meados do século XIX, o Estado dirigia suas ações para os três tipos de monopólio mais usuais para aquele momento da história do capitalismo: o monopólio da violência – a repressão social -, da moeda – a base monetária e a arrecadação tributária – e da regulação – dos contratos, da propriedade e do comércio exterior.

Neste período, liberal e de concorrência, o Estado não tinha o papel de interventor direto sobre os agentes econômicos. No entanto, o último quarto daquele século viu acirrar a

concorrência entre capitais em decorrência das rápidas inovações tecnológicas, que fizeram com que a concentração e a centralização do capital produzisse fusões e a integração das empresas – trustes, cartéis, holdings. A consequência foi a produção cada vez maior de excedentes de capitais, modificando, desta forma, radicalmente as estruturas do mercado, agora ineficaz, na pressuposta crença de que seria auto-regulador e equalizador das taxas de lucro (Pochmann, 2001: p. 13).

O capitalismo torna-se monopolista, fazendo emergir uma depressão econômica que impossibilitava o reinvestimento de capitais na própria produção, criando desta maneira a necessidade premente de exportar capitais e simultaneamente buscar novos mercados consumidores.

A necessidade de intervenção estatal a partir daí tornou-se evidente mas, de fato, só a Grande Depressão de 1929 fez com que ficasse explícito a total incapacidade do capital de se auto-regular. A expansão capitalista precisava de novas bases e só a intervenção do Estado diretamente nos agentes econômicos poderia dar norte e impulsionar a acumulação do capital. O Estado mais que nunca torna-se imprescindível para a expansão/evolução do capitalismo pelo globo terrestre. Por conta deste fato,

“ as condições de produção e reprodução da concorrência intercapitalista e das relações entre capital e trabalho passaram a depender, cada vez mais, do Estado, que se constituiu fonte de politização constante da economia” (Pochmann, 2001:p.14)

Ainda seguindo Pochmann, observaremos que

“nos últimos 80 anos, o conteúdo intrínseco da regulação no capitalismo decorreu de uma profunda reprogramação na

natureza do Estado, que alterou significativamente o comportamento do mercado” (Ibidem: p. 14)

O “Estado Previdência” tornou-se assim uma força motriz para o fortalecimento do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial, registrando espetacular desenvolvimento a partir da intervenção estatal na economia. O consumo em massa dos produtos industrializados e dos serviços tornou-se possível com a criação, pelo Estado, de novas formas de financiamento do poder de compra dos trabalhadores – rendas e salários extras por conta de novos direitos trabalhistas. O estímulo à área social – educação, habitação, saúde etc -, à pesquisa científica e à produção de modo geral – volumosos investimentos produtivos e financiamentos em infra-estrutura -, produziram incentivos ainda maiores para a expansão global do capitalismo, que a partir dos anos de 1970, com as crises do petróleo, detonou os primeiros sinais da crise do Estado fundado na crise anterior da ordem liberal – a depressão dos anos de 1930. O “Estado de Bem Estar Social” passou a ser atacado por todos os lados, enquanto o acirramento da concorrência intercapitalista alavancava o processo de centralização e concentração do capital em escala global.

O formato de regulação estatal baseado no plano nacional “fracassava” e a “novidade” que “salvaria” as economias de mercado – principalmente as periféricas - eram as receitas para sair da crise impostas pelo BIRD e o FMI como condição *sine qua non* para seus empréstimos.

O neoliberalismo e a inserção no processo de globalização através da abertura comercial, da internacionalização da economia interna e a reestruturação produtiva sistêmica eram dadas como fundamentais para aqueles países que não quisessem ficar isolados do mercado Mundial.

A Evolução do Papel do Estado no Brasil

No Brasil, houve, segundo Pochmann, três fases distintas do papel do Estado: a primeira vai até o final dos anos de 1920, quando o liberalismo econômico era hegemônico. Neste período, a participação do Estado na economia era pouco significativa, embora atuante na regulação, controle monetário, na arrecadação e em funções exercidas por empresas públicas (*Ibidem*, p. 19).

A Revolução de 1930 alterou profundamente o padrão de intervenção estatal no Brasil. O Estado passa a ocupar “espaços vazios” deixados pela não presença do setor privado. Durante quase seis décadas o Estado promoveu de vários modos o desenvolvimento econômico no país, incrementando a industrialização.

Para entendermos melhor a evolução do processo de intervenção do Estado na economia brasileira, seguiremos a periodização sugerida por Pochmann, que enxerga três fases dessa intervenção entre os anos de 1930 e 1989.

Entre 1930 e 1955, acontece a construção de um novo aparelho de Estado, que passa a regular muitos setores da atividade econômica, atuando diretamente na acumulação capitalista e intervindo também na área social. Neste momento, se constitui empresas estatais de grande porte e fundamentais para a infraestrutura do país, sendo a Petrobrás a de maior destaque. O nacionalismo era a tônica que alimentava toda a intervenção estatal na economia, era a chamada política “nacional desenvolvimentista”, baseada na substituição das importações e na industrialização como motor do desenvolvimento. Durante a “Era Vargas”, o Estado implementa também políticas sociais e trabalhistas, com a intenção de controlar os conflitos entre o capital e o trabalho e desorganizar os movimentos autônomos dos trabalhadores, através da tutela dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho. O modelo das leis trabalhistas e sindicais implantado por Getúlio Vargas no Brasil, se inspirava claramente no fascismo italiano, sendo portanto, corporativista,

atrelando completamente as atividades dos sindicatos ao total controle do Estado “Paternalista” encarnado por Vargas, tido como “o Pai dos pobres”.

Entre os anos de 1955 e 1964, acontece uma nova articulação entre Estado, capital privado nacional e internacional. Neste momento, o nacionalismo perde parte de sua força, embora não desapareça. Durante os cinco primeiros anos dessa fase, quando se desenvolveu o chamado “Plano de Metas” do governo Juscelino Kubistchek se construiu uma articulação trilateral de interesses estatais e privados nacionais e internacionais, com a participação de grandes recursos externos na economia brasileira.

No período entre 1964 e 1989, a expansão das empresas estatais e a proteção do setor privado nacional, principalmente durante a ditadura militar -1964/1984 -, alterou substancialmente o quadro de desnacionalização inaugurado por JK. Todavia, o autoritarismo do regime militar acabou sendo associado à intervenção estatal na economia. Além disso, os interesses da burocracia das empresas estatais começaram a colidir com os interesses privados, inclusive os nacionais. O arrocho salarial dos trabalhadores e o descaso com a questão social produziram os primeiros questionamentos à ditadura na segunda metade dos anos de 1970, trazendo em seu bojo as críticas à intervenção econômica estatal por parte de parcelas significativas do empresariado nacional e multinacional. As crises internacionais do período atingiram em cheio aquele padrão de intervenção estatal.

A crise da dívida externa e a insatisfação popular com o massacre salarial e a inflação crescente alimentaram a crise política e a gradativa decadência do regime militar. A associação da empresa estatal com a ineficiência, o desperdício, a corrupção e com o autoritarismo fortaleceram, já na última metade da década de 1980, os princípios ideológicos do neoliberalismo no Brasil.

A chegada ao poder de um novo bloco de agentes do capital através da vitória de Fernando Collor sobre Luis Inácio “Lula” da Silva, em 1989, representou a derrota da proposta de cunho popular e o desmonte do Estado durante toda a década de 1990.

Um novo modelo econômico transferiu ativos públicos para o setor privado e marcou uma ruptura radical no padrão de intervenção do Estado na economia brasileira, enfatizando uma revisão total do papel do Estado. Neste novo papel, passou a caber ao Estado o estímulo à competição e à eficiência do mercado, além da integração do sistema produtivo nacional à economia globalizada.

Segmentos importantes do setor público foram pulverizados ou privatizados, concedidos ao setor privado ou terceirizados. Sobretudo, durante os dois governos seguidos de Fernando Henrique Cardoso, a internacionalização da economia através da abertura comercial e a reestruturação produtiva sistêmica, daí resultante, produziram uma devastação no mundo do trabalho do país. O sindicalismo combativo foi acuado e rendido, o subemprego, a terceirização do trabalho e o desemprego estrutural passaram a fazer parte integrante da paisagem social brasileira.

Pulverização estrutural do mundo do trabalho no Brasil e o crescimento da violência policial e da barbárie social.

Se a intervenção estatal no campo social no Brasil jamais chegou a constituir um “Estado de Bem Estar Social” propriamente dito e a desigualdade brutal, que sempre atingiu imensas parcelas dos trabalhadores, nunca se alterou substancialmente, o processo de globalização da economia e a reestruturação produtiva sistêmica dos setores mais modernos das indústrias instaladas no país, produziram um Tsunami social inesperado e devastador para a maioria daqueles que “vivem do

trabalho” no país. Seus efeitos destrutivos se alastraram para setores que nunca foram modernos nem sequer industriais. Como um efeito dominó toda a estrutura econômica e social do país sofreu transformações radicais, cujo principal resultado foi o desemprego estrutural, a capitulação do movimento sindical combativo – com a pulverização de suas bases e da representação sindical -, o achatamento violento dos salários e a subproletarização de enormes parcelas dos operários da grande indústria, expulsos pelo enxugamento das empresas e pelo “toyotismo” inerente ao processo, que fez desaparecer funções e cargos dentro das fábricas.

Essa “nova indústria” baseada na “fábrica enxuta” ou de “lean production” cria à sua volta pequenas empresas de fornecedores e subcontratadas, em que o contrato social de trabalho é precário ou não possui o mesmo estatuto social e salarial da empresa principal. O aumento da subcontratação e da terceirização será o maior indicativo, através da precariedade do emprego e do salário, do nascimento à fórceps de um subproletariado que, rapidamente, comporá uma massa de assalariados que trabalham nas pequenas unidades produtivas que giram na órbita das grandes corporações transnacionais. Deste modo, o proletariado industrial é drasticamente reduzido e a chamada classe operária se complexifica ainda mais, tornando-se mais heterogênea e sofrendo uma mutação interna, passando a ter um centro e uma periferia no interior de sua estrutura. As radicais e profundas mudanças na natureza do trabalho industrial, no fazer e no saber do operário, criam uma enorme diferenciação dos estatutos, dos salários, das condições de vida e trabalho e dos interesses dos trabalhadores. Para Alves, de um lado ficam os operários polivalentes, com alguma capacidade de autonomia – controlada, é claro -, de iniciativa - onde se explora suas energias físicas acrescidas de suas inteligências criativas – e de renovação contínua de seus conhecimentos – que se tornam pró ativos para o capital -; de outro, fica o subproletariado, que é

incorporado à periferia da produção, grande parte com empregos precários, temporários e com níveis salariais ínfimos. Segundo Alves, o que temos então é um mercado de trabalho “dual” a partir do processo de fragmentação sistêmica do circuito de produção de mercadorias e a fragmentação de classe, que se caracteriza, por um aspecto, pela subproletarização e, por outro, pelo desemprego estrutural (Alves, 2000: p.71 e 72).

O processo que estamos assistindo desde os anos de 1990 é de uma reconstituição total do mundo do trabalho no Brasil, sob a mundialização do capital. A reestruturação produtiva sistêmica tem imposto um novo sentido à população trabalhadora “excedente” no país, há uma alteração lógico-epistemológica e ontológica, da categoria “trabalhadores excedentes” para “população trabalhadora excluída”, que são as massas de desempregados estruturais – e subproletarizados ameaçados por sua precariedade -, decorrentes do maior desenvolvimento da produtividade do trabalho que a reestruturação produtiva sistêmica ocasiona (Forrester, 1996, apud, Alves, 2000: p.76).

As políticas promovidas pelo Estado neoliberal, de desregulamentação das leis trabalhistas, de abandono dos excluídos da “modernidade” à sua própria sorte e de criminalização dos pobres e dos movimentos sociais autônomos, aumentaram de forma contundente a barbárie social e os índices de violência policial nas periferias dos grandes centros urbanos e no campo, em todas as regiões do país.

As transformações promovidas nos anos de 1990 no padrão de desenvolvimento do país mudaram radicalmente as formas e mecanismos de inserção e de permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro. A economia aberta e desprotegida expôs o Brasil “à instabilidade da economia globalizada sob a hegemonia do capital financeiro” (Borges, 2007:p.82). O desmonte das estruturas herdadas do período anterior do nosso “capitalismo tardio” comandado pelo “nacional desenvolvimentismo” corresponde a implantação de

um novo padrão de acumulação sem nenhum vínculo com um projeto nacional “ou com a inclusão social da maioria excluída dos benefícios da etapa anterior” (Idem, p.83)

As alterações no perfil do Estado brasileiro e de sua atuação atingiram violentamente as classes “que vivem do trabalho” no Brasil. Os governos de FHC empreenderam, de múltiplas maneiras, uma ampla desregulamentação da relação capital e trabalho. Estas mudanças foram impactantes e profundas. Houve a flexibilização dos vínculos empregatícios e dos próprios postos de trabalho. A terceirização do trabalho assumiu várias formas: a mais freqüente foi a subcontratação de empresas menores, que sempre burlaram as leis com mais facilidade mas houve também, a contratação de trabalhadores de cooperativas, além dos trabalhadores “autônomos”, contratados por prestação de serviços (Ibidem:p.83 e 84).

O que tornou viável e eficaz a reestruturação produtiva sistêmica no Brasil foi justamente a colaboração pró-ativa aos interesses do capital por parte do Estado neoliberal. Mudanças na legislação trabalhista, que permitiram a flexibilização dos contratos de trabalho, a implantação do chamado banco de horas e do contrato em tempo parcial, são bons exemplos da ação governamental neste campo, cuja meta principal era alcançar a “prevalência do negociado sobre o legislado”. Na prática, todos os direitos estavam sendo negociados caso a caso, não se levando em conta os que ainda eram assegurados por lei (Ibidem: p. 84).

Num contexto de precarização do trabalho, com um índice de desemprego estrutural elevadíssimo, os trabalhadores e seus sindicatos não tinham por onde escapar, estavam todos num labirinto lacrado pela incerteza de qualquer futuro, fora de um acordo que, no entanto, mais parecia uma capitulação pré-anunciada aos ditames da nova economia brasileira globalizada. Todo o mercado de trabalho foi reconfigurado, acentuando os seus elementos mais precários – baixa remuneração como regra

básica, vínculos protegidos quase inexistentes e total instabilidade no emprego (Ibidem: p. 85.).

As transformações radicais no mercado de trabalho brasileiro têm feito aumentar ainda mais a exclusão social no país. Às formas mais tradicionais de marginalização social como o subemprego, os baixíssimos salários e a informalidade – típicas de uma economia de capitalismo tardio - adicione-se, a partir da década de 1990, novas formas de banimento para as margens sociais, como o desemprego estrutural e a precarização generalizada das condições e das relações de trabalho, aumentando de forma brutal as diferenças, já gritantes, entre as classes sociais e consolidando uma sociedade historicamente apartada como a brasileira.

A questão levantada é de uma urgência dramática, pois trata-se de um país onde transformações de tal monta na forma de acumulação do capital e a conseqüente modernização se processam sem que se tenha conquistado patamares minimamente aceitáveis de equidade social. A modernização do país, sem o postulado da justiça social, como tem se realizado, só agrava o abismo pré-existente entre cidadãos e subcidadãos, entre consumidores e seres invisíveis postos totalmente à margem de qualquer forma de dignidade humana. A modernização que temos levado à cabo não traz, para a imensa maioria dos que “vivem do trabalho”, nenhum benefício, só os leva para as bordas mais desumanizadas de uma sociedade historicamente injusta, produtora de violência e extremamente autoritária com os excluídos do sistema societário vigente, o que se nota em cada passo dado em direção à modernização do país, desde que nosso “capitalismo tardio” foi sendo implantado a partir dos anos de 1930.

O que os governos neoliberais fizeram desde 1990 foi submeter inteiramente todo o mundo do trabalho exclusivamente à racionalidade instrumental do mercado e nas palavras da professora Vera Telles, tentar

Aqui a espantosa façanha de conferir título de modernidade ao que há demais atrasado na sociedade brasileira, um privatismo selvagem que faz do interesse privado a medida de todas as coisas, que nega a alteridade e obstrui por isso mesmo a dimensão ética da vida social pela recusa de um sentido de responsabilidade e obrigação social (Telles, 1994:p.96 e 97).

A violência aumentou nas periferias e nas imensas favelas das grandes regiões metropolitanas *de todo* o país - além do campo onde a situação da questão fundiária continuou e ainda continua explosiva – e a resposta dos governos neoliberais foi exercer o monopólio da violência estatal, trucidando pela ação truculenta da polícia, a população pobre moradora dessas comunidades - e nem sempre envolvida com a criminalidade.

A flexibilização – a chamada terceirização do trabalho, em suas múltiplas formas, se generalizou pelo país - e a crescente precariedade do mundo do trabalho só tem contribuído para aumentar a “migração” de trabalhadores para as localidades mais “esquecidas”, onde as condições de vida chegam, em alguns casos, a ser subumanas, não existindo saneamento básico ou qualquer outra forma da presença do Estado, a não ser pela violência e corrupção policial. Nas regiões metropolitanas das capitais – principalmente as do nordeste e do sudeste, incluindo o Rio de Janeiro e São Paulo - há uma verdadeira guerra civil surda, onde existe territórios tomados pelo tráfico de drogas e uma população crescente de trabalhadores precarizados vivendo sob fogo cruzado e sendo frequentemente mortos por “balas perdidas” pela polícia ou pelos bandidos.

A crise social construída com a atuação predatória dos governos neoliberais desorganizou e destruiu os serviços públicos essenciais para a população – de a muito deficientes e gradativamente sucateados desde a ditadura militar - e desregulamentou as leis de proteção ao trabalho, levando multidões de trabalhadores ao subemprego ou ao desemprego

eterno, corroeu as bases da ordem pública e deteriorou os padrões societários que vigiam antes desse Tsunami Social.

As políticas sociais dos governos neoliberais no Brasil abandonaram totalmente o atendimento universal, enfatizando a partir de então a descentralização, a privatização e a focalização de seus programas para a área. A população alvo dos seus reduzidos recursos foi “ a população mais carente” necessitada de assistencialismo setORIZADO.

Muitos fundos públicos foram repassados ao setor privado – Terceiro Setor, ONGs – para “atendimento” das necessidades dessas populações. As áreas mais universais - com crescentes demandas – como educação e saúde públicas ficaram à deriva. Com isso, os problemas fundamentais do sistema de proteção foram aprofundados no período, agravando ainda mais a crescente barbárie social. Todos os mecanismos de proteção que combatiam – mesmo que de modo incipiente - a exclusão social pré-existentes foram descartados e novas formas de marginalização social se consolidaram rapidamente. Ao mesmo tempo, a ampla privatização da seguridade social criou um abismo profundo na solidariedade, já pouco consistente, entre os trabalhadores do mercado de trabalho formal e informal. Os fundos de aposentadoria e pensão apartaram os interesses de quem podia dispô-los daqueles que dependiam do deteriorado e “deficitário” – segundo o discurso do governo – sistema público de seguridade social. O detalhe era que isso valia somente para os que tivessem a sorte de ter um registro formal de emprego, ou seja, tivessem a carteira de trabalho assinada e contribuíssem para a previdência oficial.

De fato, durante os governos de FHC, para cada 10 empregos criados, apenas 2 eram assalariados, porém sem registro em carteira, o que deixava claro a configuração de um cenário tenebroso, onde os postos de trabalho não-assalariados consistiam em imensa maioria. Esta cena sombria contrasta de forma contundente com o projeto “nacional

desenvolvimentista”, levado à cabo pela chamada “Revolução de 1930” ou pela “Era Vargas”, onde, entre 1930 e 1980 – com as suas variantes fases já relatadas no nosso texto -, levou-se em frente o mais bem sucedido modelo de crescimento econômico baseado fundamentalmente na difusão e expansão contínua do emprego assalariado. Segundo Pochmann, durante os anos 40 e 70, a cada 10 postos de trabalho oferecidos, apenas 2 não eram assalariados, sendo 7 com carteira assinada (Pochmann, 2001:p.96 e 97).

O “Príncipe” do neoliberalismo brasileiro, o presidente Fernando Henrique Cardoso, ao tomar posse de seu primeiro mandato em 1995 disse no seu discurso que iria “acabar com a Era Vargas”. Se levarmos em conta o volume de desempregados ao término desse mandato em 1998, quando a taxa de desemprego atingiu 7 milhões de trabalhadores e os dois primeiros anos do segundo mandato, quando este índice, no ano 2000, alcança 11 milhões e meio, podemos sim, dizer com todas as letras, que os dois governos desse ilustre sociólogo se esforçaram muito para alcançar sua almejada meta (Pochmann, 2001:p. 9 e 15).

A Simbiose entre Terceirização e Precariedade do Trabalho no Brasil pós 1990 e a Barbárie Social.

No Brasil, a terceirização transformou seu estatuto original, mudou de natureza, cresceu, espalhou-se por várias atividades e setores, deixando de ser o que sempre tinha sido - apenas uma peça acessória e complementar do setor produtivo brasileiro - para tornar-se a engrenagem central da reestruturação produtiva sistêmica, que a reconfigurou como a principal forma de flexibilização do trabalho (Druck, Franco,2007: p.103 e Araújo,2001: p.56).

A terceirização do trabalho, tal como se apresenta no Brasil, tem permitido que a grande empresa, agora enxuta, transfira a

responsabilidade da gestão e do custo de grande parte da força de trabalho para um terceiro, o que a desobriga dos direitos trabalhistas que ainda sobreviveram. Assim, os contratos flexíveis são agilizados, permitindo contratos por tempo determinado, por tempo parcial, por tarefa ou por empreitada, por prestação de serviços, sem que haja nenhuma espécie de cobertura legal, deixando o trabalhador numa encruzilhada: ou aceita, a “Flexploração”, como diria Bourdieu, ou fica no limbo do desemprego eterno (Ibidem, 2007: p.102 e 103 e Bourdieu, 1998: p. 125).

A terceirização no setor público foi devastadora, permitindo a flexibilização através de programas de incentivo a aposentadoria, demissão “voluntária” de milhares de trabalhadores da administração das 3 esferas de governo e das estatais, substituídos quando “necessário”, por trabalhadores terceirizados. O setor público sofreu também um achatamento salarial de uma década e a suspensão generalizada de concursos públicos, obedecendo as determinações do FMI no sentido de fazer o ajuste fiscal e diminuir drasticamente os gastos com pessoal. É claro que estas determinações contribuíram de forma contundente para o abandono dos serviços sociais universalistas, como a saúde e a educação pública deixados à própria sorte. A adoção da terceirização foi crucial para substituir a carência de funcionários. Inúmeras ONGs e o chamado Terceiro Setor ou “organizações sociais” privadas muito lucraram com o aumento vertiginoso da pobreza no Brasil “moderno”, recebendo recursos do governo para atuar no “auxílio as populações carentes” através das políticas sociais focais e setoriais que, durante os governos neoliberais, se desenvolveram no país (Druck e Franco, 2007: p. 104).

No setor privado, a terceirização atingiu todas as áreas de atividades, propagando-se pela indústria, comércio e serviços. A partir daí, não haverá mais limites para a terceirização, não existindo qualquer preocupação em se diferenciar “atividade

fim” de “atividade meio” e não existirá de fato nenhuma restrição de qualquer espécie ao uso indiscriminado da subcontratação de trabalhadores. A generalização de cooperativas de mão-de-obra e de microempresas individuais efetivamente transferem aos próprios trabalhadores os custos da responsabilidade social, legal e econômica das atividades laborais, posto que, pela legislação específica que rege as cooperativas, “*não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados*”. Deste modo, os trabalhadores abrem mão de todos os seus direitos de proteção trabalhista ministrada pelo Estado, pois, nas cooperativas, eles não são assalariados mas sim autogestores, que protegem a si próprios. Nas chamadas empresas individuais, o trabalhador se auto-define como pessoa jurídica, registra uma firma em seu nome, assumindo todos os encargos e riscos e terceiriza a ele mesmo, como mão-de-obra, sendo tratado a partir deste ato como um trabalhador-empresa, estabelecendo uma relação com o capital de “igual para igual”. Castel diz que

A consolidação do estatuto da condição de assalariado permite o desenvolvimento de proteções, ao passo que sua precarização leva novamente à não-segurança social (Castel, 1998: p. 413).

Assim sendo, a liberdade para “*adequar os trabalhadores às necessidades do mercado*” através da mais radical flexibilização do trabalho é uma evidência incontestável (Druck e Franco, *op cit*, p. 105). É claro que essa forma de gerenciar o trabalho é socialmente predatória e provoca o esgarçamento do tecido social em qualquer parte do mundo, sendo a terceirização/flexibilização do trabalho um “fenômeno” do próprio processo de mundialização do capital. Todavia, sabemos que existem variados regimes de proteção social e de direitos do trabalho entre os países centrais e periféricos do capitalismo globalizado. Aqui, no Brasil, como tentamos demonstrar ao

longo do texto e citando renomados pesquisadores brasileiros, o problema da desigualdade é muito antigo – nunca tivemos de fato um “Estado de Bem Estar Social” mas apenas uma caricatura de inspiração fascista desse Estado Providência. – mas a mudança brusca do padrão de acumulação do capital, que inseriu o país em um outro patamar de desenvolvimento econômico, muito diverso do nosso passado recente, produziu uma legião de trabalhadores eternamente sobrantes para o “novo e precário” mercado de trabalho. A precarização do mundo do trabalho, através da reestruturação produtiva sistêmica e da ação do Estado neoliberal destruindo as já frágeis leis trabalhistas que regulamentavam as relações capital/trabalho, criaram no país o desassalariamento e a pulverização da maioria dos empregos “estáveis” com registro formal, que “garantiam” o acesso a seguridade social aos trabalhadores. Estes, desempregados ou subempregados”, são levados às bordas “invisíveis” de nossa sociedade, aos territórios beligerantes, onde – nas grandes áreas metropolitanas das capitais, grandes e médias cidades do país - uma guerra civil surda acontece todos os dias entre uma população crescente e criminalizada de pobres - e novos pobres - e o braço armado do Estado.

Em 2002, chegou ao poder um “novo” bloco através das eleições. O governo do presidente Lula foi composto por uma larga aliança que incluía setores mais “progressistas” da sociedade e outros mais conservadores, compondo um quadro político no mínimo estranho, onde a quase totalidade da esquerda tradicional e a esquerda (agora) desbotada – o Partido dos Trabalhadores (PT) de saudosa lembrança de seu passado recente e combativo – acordava com velhos “inimigos” para obter a “governabilidade” e a “concertação social”- concerto que se baseia na melodia produzida pelos dentes da fera nas carnes dos cordeiros -, “necessária” para tirar o país do atoleiro em que havia caído desde o início dos anos de 1990. Este governo, supostamente de esquerda, pouco fez ou pode fazer, para de

fato, alterar o quadro social herdado. Políticas sociais ainda focais e setoriais persistiram em menor quantidade e com algumas modificações no modelo original. Políticas de cunho “populistas” foram implementadas como a “Bolsa Família” ou “Fome Zero” mas, é claro, não resolvem de fato as aflições nem determinam um futuro de novas e boas perspectivas para as populações por tais programas atendidas, representando muito mais a consolidação de um “novo” clientelismo político para uso de prefeitos, vereadores e políticos de todas as esferas – principalmente no interior do país, com ênfase nas regiões norte e nordeste - que distribuem tais benefícios em dinheiro para perpetuarem-se no poder local e/ou reelegerem-se. Assim, a “modernização” à brasileira, ampara-se no que há de mais atrasado na política nacional, o clientelismo e o populismo, que nada transformam mas, ao contrário, mantém a dependência dos pobres e miseráveis da “benemerência” dos poderosos, ligando-a à manutenção, através do voto, desses “Senhores” no poder.

Todavia, não compartilho com parcelas da opinião pública – inclusive da Academia - de que o governo Lula seria uma simples continuidade dos governos neoliberais acrescida de doses de populismo. A própria concepção de Estado das esquerdas, inclusive do PT, é muito diversa da dos neoliberais. A terceirização do setor público tem sido revertida gradualmente pelo governo federal e por alguns estados governados por aliados. Inúmeros concursos públicos têm sido realizados em todas as esferas da administração pública. A área da educação pública tem sido privilegiada neste sentido pois, foi criado a nível da educação básica um salário nacional para os professores. Houve também muitas mudanças substantivas nas Universidades Públicas, que deixaram de ser sucateadas como nos governos de FHC e passaram a se expandir pelo interior, produzindo ciência e tecnologia – ainda de forma tímida - em contraposição ao governo anterior que importava ciência e tecnologias prontas. Essa expansão tem produzido um número

muito grande de concursos para o ensino superior público, empregando professores, técnicos administrativos, bibliotecários e, sobretudo, acabando gradativamente com o uso indiscriminado da terceirização como era feito na Era FHC.

Todavia, no setor privado não houve mudanças e a terceirização continua sendo o modo mais eficaz de flexibilização do trabalho. Para se ter idéia do efeito nefasto do processo abrupto de globalização da economia no Brasil e da ação pró ativa ao capital e destruidora de empregos dos governos neoliberais podemos citar o caso da Companhia Siderúrgica Nacional –CSN – criada ao tempo da “Era Vargas” e que empregava 36 mil trabalhadores- no final dos anos de 1980 - empregando agora, depois de privatizada nos anos de 1990, menos de 8 mil operários. A privatização, portanto, foi também eficaz no processo de pulverização do antigo mundo do trabalho brasileiro, tendo dado efetiva contribuição para o aumento do caos social herdado pelo atual governo, que deteve o “excesivo” apetite privatista sem, no entanto, reverter as privatizações mas, ao contrário, mantendo algumas privatizações “necessárias” como as de várias rodovias brasileiras.

Sabemos que a liberdade que desfruta o capital globalizado nos países da periferia é quase total e sem muito controle nacional. Os governos desses países são impotentes diante do processo de globalização econômica, posto que, o reverso da inserção é o “isolamento de suas economias” segundo o discurso do BIRD, do FMI e dos economistas de plantão nas mídias. Uma armadilha da qual não se vê saída sem uma ruptura política de dimensões imprevisíveis.

O atual governo brasileiro, em seu último ano do segundo mandato, fala em “Brasil moderno”, inserido na economia globalizada e promete tornar o país a quinta economia do planeta nos próximos anos – teremos eleições em outubro próximo e acredita-se dentro do governo, que se vá eleger o sucessor do presidente Lula. Mas o que temos de “Brasil:

presença no mundo” temos também de aumento das ocupações de áreas de risco com fins de moradia pelos miseráveis e pelos novos pobres que são empurrados para condições degradantes de sobrevivência nas áreas metropolitanas de todas as regiões do país. Neste momento em que escrevo, as cidades do Rio de Janeiro e de Niterói onde resido, foram arrasadas por chuvas torrenciais que provocaram grandes desabamentos nas áreas de risco onde vivem a imensa maioria dos pobres. As primeiras notícias dão conta de milhares de desabrigados e de mais de duas centenas de mortos. A décadas as autoridades das 3 esferas de governo fingem não enxergar as ocupações desordenadas pois sabem que estas pessoas não tem pra onde ir e são obrigadas a viver em favelas ou outras comunidades totalmente abandonadas pelo poder público. A cada ano o problema se agrava trazendo tragédias como a atual. Davis, cita os autores de *Challenge of Slums*, que denunciam que as cidades do “Terceiro Mundo”

tornaram-se o depósito de lixo de um excedente de população que trabalha nos setores informais de comércio e serviços, sem especialização, desprotegidos e com baixos salários (Davis,2006: p.175).

A favela da cidade de Niterói mais atingida pelos desabamentos - Morro do Bumba, 200 pessoas soterradas segundo estimativas da Defesa Civil - no Estado do Rio de Janeiro era um “Lixão” entre os anos de 1970 e 1986 - local escolhido pela prefeitura, para o depósito do lixo recolhido na cidade. A expressão “Lixão” significa que não era uma área de aterro sanitário mas um local onde o lixo era largado pela encosta sem nenhum tipo de cuidado ou tratamento. As pessoas foram morar nesta localidade tão logo foi “desativado” o “Lixão”, construindo suas moradias em cima, literalmente, do lixo. O crescimento populacional vertiginoso dessa favela foi registrado justamente a partir dos anos de 1990. Não há figura de linguagem neste relato, não há uma simples metáfora, o que existe é a brutalidade

de um Estado omissivo – independente de quem ocupe sua máquina -, que nunca pautou sua agenda verdadeiramente em proteger as populações socialmente marginalizadas mas, ao contrário, quando os sobrantes e “invisíveis” se tornam demasiadamente visíveis e incomodam o “Brasil: presença no mundo”, a “boa” política social que se implementa é a “violência legítima do Estado” e o extermínio puro e simples – pela polícia, milícias ou o tráfico de drogas – dos violentados, culpados de sua própria insignificância, impotência e invisibilidade.

Se continuarmos seguindo Davis, podemos observar empiricamente através de inúmeras pesquisas acadêmicas brasileiras que compõem minhas referências bibliográficas, que a classe operária formal se reduziu drasticamente no Brasil a partir da década de 1990 com a reestruturação produtiva sistêmica e a flexibilização do trabalho. Já os trabalhadores informais, junto com a desigualdade social geral, expandiu-se de modo exponencial (Davis, 2006: p.209).

Se a violência, às vezes bem pouco simbólica e bem mais contundente, da “olímpica” tragédia social brasileira não é propriamente uma novidade histórica, a exacerbação desta, por conta da mudança do padrão de acumulação do capital no país a partir dos anos 90, com o advento do neoliberalismo por aqui, contribuiu de modo brutal para o aumento da barbárie social por conta da própria precariedade das políticas sociais focais e/ou setoriais e totalmente descompromissadas com a já enorme massa de miseráveis pré-existentes e com os ex-“incluídos” agora também sobrantes e, portanto, “invisíveis” . Na prática, sabemos que as políticas sociais do Estado brasileiro sempre foram “Fast”, sempre se abstiveram de maiores esforços para mudar de fato a cenário social e o período de jejum de investimentos nesse campo sempre foi maior que o de “refeições” adequadas. Sabemos que o atual “Menú”, oferecido

pelas nações periféricas desperta, à moda Pavlov, o apetite da acumulação do capital por todo o planeta.

A confluência da sutilidade “pós-moderna” na confecção de novos conceitos sobre a cena política globalizada com a reafirmação da “cegueira política” sobre a realidade social, nos países pobres e em desenvolvimento, tem inventado e produzido, cada vez mais, a impossibilidade de realização da felicidade humana, impondo o individualismo consumista, como a única alternativa ao caos coletivo de Hobbes e o mercado como o novo Príncipe.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

ALVES, Giovanni. O Novo (e precário) Mundo do Trabalho: Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo. São Paulo: Boitempo/Fapesp, 2000.

ARAÚJO, Anísio José da Silva. Paradoxos da Modernização: Terceirização e Segurança dos Trabalhadores em uma Refinaria de Petróleo. Tese de Doutorado defendida na FIOCRUZ-Rio de Janeiro, 2001.

BORGES, Ângela. Mercado de Trabalho: Mais de uma Década de Precarização. In: DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia (Orgs). A Perda da Razão Social Do Trabalho: Terceirização e Precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Contrafogos: Táticas para Enfrentar a Invasão Neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. , 1998.

CASTEL, Robert. As Metamorfoses da Questão Social. Petrópolis: Vozes, 1998. DAVIS, Mike. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____ Planeta de Favelas: A Involução Urbana e o Proletariado Informal. Contragolpes. Seleção de Artigos da New Left Review. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006.

DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia. Terceirização e Precarização: O Binômio Anti-Social Em Indústrias. In: A Perda da Razão Social do Trabalho: Terceirização e Precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

POCHMANN, Marcio. O Trabalho Sob Fogo Cruzado. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.

_____ O Emprego na Globalização: A Nova Divisão Internacional do Trabalho e o Caminho que o Brasil Escolheu. São Paulo: Ed. Boitempo, 2001.

_____ A Década dos Mitos: O Novo Modelo Econômico e a Crise do Trabalho no Brasil. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

_____ e BORGES, Altamiro. “ERA FHC” A Regressão do Trabalho. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2002.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, O Poder, O Socialismo. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade Civil e a Construção de Espaços Públicos. In: Dagnino, Evelina (Org.) Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.